



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ



Junho/2015

**Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo - Área: Controle Externo
Auditoria, Fiscalização e Avaliação da Gestão Pública
Atividade Jurídica**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I
Conhecimentos Específicos II**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos IICaso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever a resposta da Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

Eduardo Coutinho, artista generoso

Uma das coisas mais bonitas e importantes da arte do cineasta Eduardo Coutinho, mestre dos documentários, morto em 2014, está em sua recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo. Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos, ele vê de perto pessoa por pessoa, surpreendendo-a, surpreendendo-se, surpreendendo-nos. Não lhe dizem nada expressões coletivistas como “os moradores do Edifício”, os “peões de fábrica”, “os sertanejos nordestinos”: os famigerados “tipos sociais”, usualmente enquadrados por chaves, dão lugar ao desafio de tomar o depoimento vivo de quem ocupa aquela quitinete, de investigar a fisionomia desse operário que está falando, de repercutir as palavras e os silêncios do morador de um povoado da Paraíba.

Essa dimensão ética de discernimento e respeito pela condição singular do outro deveria ser o primeiro passo de toda política. Nem paternalismo, nem admiração prévia, nem sentimentalismo: Coutinho vê e ouve, sabendo ver e ouvir, para conhecer a história de cada um como um processo sensível e inacabado, não para ajustar ou comprovar conceitos. Sua obsessão pela cena da vida é similar à que tem pela arte, o que torna quase impossível, para ele, distinguir uma da outra, opor personagem a pessoa, contrapor fato a perspectiva do fato. Fazendo dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho viveu como um homem/artista crítico para quem já existe arte encarnada no corpo e suspensa no espírito do outro: fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos, apresenta-se, mostra-se, mostra-o, mostra-nos.

(Armando Post, inédito)

1. Ao se referir à *recusa aos paradigmas que atropelam nossa visão de mundo*, identificando-a como uma característica da arte de Eduardo Coutinho, o autor do texto enaltece a capacidade que tem esse cineasta de
- (A) reproduzir os lugares-comuns e as fórmulas conhecidas, aderindo aos valores socialmente aceitos e dados por nós como irrefutáveis.
 - (B) rejeitar as perspectivas estereotipadas que, de forma intempestiva, condicionam nosso modo de enxergar as coisas.
 - (C) desviar-nos da tentação de embaralhar a compreensão que temos da vida, quando ele simplifica e enrijece os valores pelos quais devemos nos guiar.
 - (D) dissipar os valores éticos, substituindo-os por critérios pessoais capazes de nos tornar mais determinados em nossas iniciativas.
 - (E) evitar decididamente os parâmetros estranhos aos códigos sociais já firmados, para que não nos enganemos na apreciação das coisas.

2. Atente para as seguintes afirmações sobre Eduardo Coutinho e sua arte:

- I. As *expressões coletivistas* referidas e exemplificadas no primeiro parágrafo são aquelas que ajudam o cineasta a reconhecer a contribuição original de cada cidadão no exercício de sua função social.
- II. Deve-se entender que, em seus documentários, o cineasta valoriza sobretudo a singularidade das pessoas retratadas, em vez de tomá-las como tipos sociais já identificados e rotulados.
- III. O foco de atenção que o cineasta faz incidir sobre as pessoas que retrata é tão intenso e bem trabalhado que elas surgem como personagens que se revelam para nós em toda a sua verdade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Está plenamente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A admiração pela arte de Eduardo Coutinho, patente nesse texto, justifica-se pelo fato de que o cineasta está preocupado em reconhecer a humanidade das criaturas retratadas, em vez de aceitar a visão estereotipada que se tem delas.
- (B) Patenteiam-se nesse texto a caracterização pessoal que Eduardo Coutinho atribui à seus personagens, cuja dimensão humana é assim admirada e afasta, deste modo, a visão já estereotipada que se costuma ter tanto dela como das demais criaturas.
- (C) É admirável como Eduardo Coutinho, a partir deste texto, revela toda uma arte pessoal quando deixa cair por terra as visões de um mundo pré-estabelecido, ao invés de fraglar, em cada uma das criaturas, a humanidade de um rosto inteiramente original.
- (D) Na medida em que o cineasta Eduardo Coutinho demonstra respeitar a visão original de suas criaturas, em vez de dotá-las como simples estereótipos, sua arte deve ser louvada pelo fato de contribuir para com uma visão crítica pela qual se ultrapassa os parâmetros banais.
- (E) Ao pautar sua arte por uma perspectiva original, em cujo valor jamais se afasta, Eduardo Coutinho não abre mão em favor das visões já viciosas que não nos permitem distinguir as pessoas, tomadas como se fossem tão somente tipos sociais extratificados.

4. Ocorre a transposição correta da voz ativa para a passiva, preservando-se a concordância adequada, no segmento:

- I. *Em vez de contemplar a distância grupos, classes ou segmentos* = em vez de ser contemplado a distância por grupos e segmentos
- II. *para conhecer a história de cada um* = para se conhecer a história de cada um
- III. *fixa a câmera, abre os olhos e os ouvidos* = a câmera é fixada, os olhos e os ouvidos são abertos

Atende ao enunciado APENAS o que está em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



5. Os tempos e os modos verbais estarão corretamente articulados na frase:

- (A) Eduardo Coutinho, morto em 2014, destacara-se como um mestre dos documentários, cuja arte contemplasse o depoimento vivo, sempre que rejeitava o retrato estereotipado das pessoas.
- (B) A exemplo do que houvesse na arte de Eduardo Coutinho, o primeiro passo de toda política deveria ter levado em conta o respeito pela condição singular do outro, conquanto, para isso, surgiam dificuldades.
- (C) Caso não fizesse dessa obsessão um eixo de sua trajetória, Coutinho não viveria como um artista crítico, para quem já houvesse arte encarnada no corpo e suspensão no espírito do outro.
- (D) Em seu processo criativo, Coutinho saberia ver e ouvir e, conseqüentemente, havia se acercado da história de cada um como um processo sensível e inacabado, sem que fosse necessário ajustar conceitos.
- (E) A obsessão que Coutinho demonstraria pela cena da vida era similar à que tivesse pela arte, e isso fez com que seja quase impossível, para Coutinho, opor personagem a pessoa.

6. Está plenamente adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados na seguinte frase:

- (A) A perspectiva ética aonde Coutinho manifesta todo o respeito pela pessoa que retrata é uma das características nas quais seus filmes se distinguem.
- (B) O paternalismo e o sentimentalismo, posições das quais muitos se agarram para tratar o outro, não são atitudes por onde Coutinho tenha mostrado qualquer inclinação.
- (C) As expressões coletivistas, com cujas Coutinho jamais se entusiasmou, são chavões em que se deixam impressionar as pessoas de julgamento mais apressado.
- (D) As pessoas por quem Coutinho se interessasse eram retratadas de modo a ter destacados os atributos pelos quais ele se deixara atrair.
- (E) Os paradigmas já mecanizados, nos quais muitos se deixam nortear, não mereciam de Coutinho nenhum crédito, pois só lhe importava a singularidade de cuja as pessoas são portadoras.

7. O verbo indicado entre parênteses deve flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- (A) A rejeição que demonstra Coutinho a preconceitos sociais (**distinguir**) sua obra da de outros documentaristas.
- (B) Grupos ou classes sociais, numa visão a distância, não (**merecer**) desse cinasta qualquer atenção especial.
- (C) Não (**dever**) satisfazer-se um bom documentarista com os paradigmas já cristalizados.
- (D) Aos tipos sociais já reconhecidos (**faltar**) a imprescindível singularização dos indivíduos
- (E) Sertanejos nordestinos e peões de fábrica são designações que não (**derivar**) senão de uma mera tipologia.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao seguinte fragmento de um pensador ilustrado do século XVIII:

Do adultério

O adultério é um crime para todos os povos da terra; o adultério das mulheres, entenda-se, visto terem sido os homens que fizeram as leis. Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba, introduz nas famílias herdeiros estranhos. Acrescente-se a essas razões a crueldade do ciúme, e não será surpreendente que em tantas nações, mal saídas do estado selvagem, o espírito de propriedade tenha decretado a pena de morte para sedutores e seduzidas.

(VOLTAIRE, **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 63-64)

8. Ao considerar o adultério como crime que penaliza sobretudo as mulheres, Voltaire estabelece uma íntima conexão entre
- (A) o preconceito masculino e a moralidade religiosa.
 - (B) a ética própria do século XVIII e a capacidade feminina de sedução.
 - (C) a origem autoral da legislação e o direito de propriedade.
 - (D) a volubilidade masculina e o oportunismo feminino.
 - (E) a administração política e os direitos da família.

9. *Enxergaram-se como proprietários de suas esposas; elas são um de seus bens; o adultério as rouba.*

Dando nova redação à frase acima, ela se manterá coerente e formalmente correta em:

- (A) Ainda que se vejam como proprietários, os homens consideram que o adultério as rouba, tal e qual pode acontecer com um de seus bens.
- (B) Os homens entendem o adultério como um roubo, uma vez que consideram suas esposas um bem de que um terceiro se apropria.
- (C) Como as esposas são bens inalienáveis dos homens, qualifica-se como roubo aquele que as usurpam de seu legítimo proprietário.
- (D) Uma vez premeditado o adultério como um roubo, os homens passam a ver suas esposas como parte de seu patrimônio do qual foi usurpado.
- (E) Não obstante se considere que as esposas sejam parte de seus bens, os homens passam a ver como um roubo o adultério que os privam delas.

10. As leis? Ora, como são os homens que elaboram as leis, eles usam essas leis a seu favor, dão a essas leis um caráter coercitivo, tornam essas leis um instrumento de penalização das mulheres adúlteras.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) elaboram-nas – usam-lhes – dão-lhes – tornam-lhes
- (B) as elaboram – usam-nas – dão-nas – as tornam
- (C) elaboram-lhes – as usam – lhes dão – lhes tornam
- (D) elaboram-nas – lhes usam – dão a elas – tornam-lhes
- (E) as elaboram – usam-nas – dão-lhes – tornam-nas

**Direito Civil**

11. Em caso de conflito de leis no tempo, considera-se que o herdeiro, em relação aos bens de propriedade de pessoa viva, possui
- (A) apenas expectativa de direito, que não se equipara a direito adquirido.
 - (B) direito sob condição suspensiva, o qual se equipara a direito adquirido.
 - (C) direito a termo, o qual se equipara a direito adquirido.
 - (D) expectativa de direito qualificada, a qual se equipara a direito adquirido.
 - (E) direito sob condição suspensiva, o qual não se equipara a direito adquirido.

12. Tício, pessoa absoluta e irreversivelmente incapaz, foi agredido por Caio, sofrendo danos morais. A pretensão de Tício de se ver compensado pelos danos causados por Caio
- (A) decai em 4 anos.
 - (B) prescreve em 3 anos.
 - (C) decai em 2 anos.
 - (D) não prescreve.
 - (E) prescreve em 10 anos.

13. Os contratos
- (A) consensuais dependem da entrega da coisa para sua formação.
 - (B) aleatórios são vedados pelo ordenamento jurídico.
 - (C) são, em regra, formais, dependendo da forma escrita para produzirem efeitos.
 - (D) são regidos, em regra, pelo princípio da relatividade.
 - (E) produzem, em regra, efeitos *erga omnes*.

14. Os negócios jurídicos nulos
- (A) prescrevem em 10 anos.
 - (B) decaem em 4 anos.
 - (C) são cognoscíveis de ofício, inclusive em segunda instância.
 - (D) podem ser confirmados pela vontade das partes, desde que capazes.
 - (E) podem ser confirmados pela vontade das partes, ainda que incapazes.

15. João é dono de um cão feroz que atacou Maicon quando este passava em frente de sua residência. João responderá de maneira
- (A) objetiva pelos danos causados pelo animal, salvo se provar culpa exclusiva da vítima ou força maior.
 - (B) subjetiva pelos danos causados pelo animal, não se admitindo causa excludente de responsabilização.
 - (C) objetiva pelos danos causados pelo animal, não se admitindo causa excludente de responsabilização.
 - (D) subjetiva pelos danos causados pelo animal, salvo se provar força maior.
 - (E) subjetiva pelos danos causados pelo animal, salvo se provar que não agiu com dolo ou culpa.

Direito Tributário**Siglas Utilizadas:**

- CTN: Código Tributário Nacional.
ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
IPTU: Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
IPVA: Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
ISS ou ISSQN: Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
ITR: Imposto sobre propriedade territorial rural.

16. O ITR
- (A) tem a Prefeitura como sujeito ativo da respectiva relação jurídico-tributária, substituindo-se à União no exercício da função de fiscalização e cobrança desse imposto.
 - (B) terá a arrecadação repartida entre a União e a Prefeitura, nos casos de esta optar pelo exercício das funções de fiscalização e cobrança desse imposto.
 - (C) incidirá, em detrimento da cobrança do IPTU, sobre a propriedade localizada em área urbana utilizada para a exploração extrativa vegetal.
 - (D) será cobrado conjuntamente com o IPTU, de competência municipal, sobre propriedades rurais situadas nas zonas urbanas, definidas em lei municipal, que contem com determinados melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.
 - (E) não pode ser exigido inclusive sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário ou arrendatário que não possua outras propriedades.

17. A Prefeitura poderá instituir e exigir o ISSQN sobre o
- (A) serviço de provedor de acesso à internet, uma vez que foi considerado serviço não suscetível de tributação pelo ICMS.
 - (B) incorporador imobiliário responsável pela construção em imóvel próprio para futura alienação a terceiros.
 - (C) serviço no qual o prestador de serviço não recebe pela respectiva prestação, em decorrência de inadimplência de seu cliente.
 - (D) contrato de cessão de bens móveis para uso e fruição dos bens pelo respectivo cessionário mediante o pagamento mensal ao cedente.
 - (E) serviço público definido em lista de serviço editada pela lei complementar, objeto de contrato de concessão celebrado com órgão público estadual.

18. No intuito de incrementar a arrecadação do IPVA, estimular a produção nacional e a local, a renovação das frotas, bem como fomentar o respeito à legislação de trânsito, entre outras, o Estado do Ceará decide alterar amplamente a legislação desse imposto estadual. É legal, ou constitucional,
- (A) a majoração das alíquotas apenas para os veículos importados do exterior.
 - (B) a redução da alíquota apenas para os veículos produzidos por montadoras cearenses.
 - (C) a redução proporcional do imposto para veículos que não tenham sido multados por infração de trânsito no curso do ano-calendário.
 - (D) o aumento progressivo da alíquota conforme o ano de fabricação do veículo, crescente dos mais novos para os mais antigos.
 - (E) a cobrança sobre bicicletas, especialmente sobre as elétricas.



| | |
|--|---|
| <p>19. Suponha que premido pela crise econômica e pela necessidade de investimentos urgentes e de relevante impacto social, o chefe do Poder Executivo municipal iniciou amplo debate e enviou à Câmara dos Vereadores projeto de Lei para aumentar, de 2% para 5%, a alíquota do ISSQN relativa a determinados serviços sujeitos ao imposto municipal. A lei foi aprovada em 30/08/2014 e devidamente sancionada. Houve ampla cobertura por parte da sociedade e dos meios de comunicação locais durante a tramitação e aprovação da lei. A lei demorou a ser publicada em razão de ato doloso praticado por agente público ligado ao partido de oposição local. Devido ao recesso de final de ano, o texto da lei aprovada e sancionada só foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura, conforme previsto na respectiva lei orgânica, em 02/01/2015. O aumento da alíquota aprovado e sancionado</p> <p>(A) vigorará a partir do dia seguinte ao da publicação oficial, pois houve ampla publicidade sobre o aumento da lei ocorrido no ano anterior, e o ato do agente público pode ser considerado crime.</p> <p>(B) só poderá ser exigido a partir do 1º dia do exercício seguinte àquele em que tenha ocorrido a publicação pelo veículo oficial estabelecido na lei orgânica do Município.</p> <p>(C) poderá ser exigido pela Prefeitura após 90 dias, contados a partir de 02/01/2015.</p> <p>(D) poderá ser exigido no curso do ano-calendário de 2015 caso o agente público citado venha a ser condenado em processo administrativo tendente a apurar a falta funcional.</p> <p>(E) não poderá ser exigido, pois a publicação deve ocorrer no mesmo ano-calendário em que tenha havido a aprovação da lei que instituiu ou aumentou o tributo.</p> | <p>22. Em relação à transparência, controle e fiscalização, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal,</p> <p>(A) as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis durante todo o exercício, no TCE-CE, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.</p> <p>(B) as disponibilidades de caixa constarão de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma agrupada.</p> <p>(C) as operações de crédito e restos a pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.</p> <p>(D) o Balanço Patrimonial dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.</p> <p>(E) a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.</p> |
| <p>20. Considerando o conjunto de regras e disposições relativas à legalidade, estabelecidas no plano constitucional e no CTN, prescinde de lei a</p> <p>(A) concessão ou supressão de créditos presumidos relativos à apuração de impostos e contribuições.</p> <p>(B) estipulação dos critérios para a atualização da tabela de incidência do imposto sobre a renda.</p> <p>(C) definição das condições e limites aplicáveis à alteração das alíquotas do imposto sobre produtos industrializados.</p> <p>(D) modificação do termo de vencimento da obrigação tributária principal a cargo do sujeito passivo.</p> <p>(E) redução no percentual das multas para o pagamento de tributos em atraso.</p> | <p>23. Nos termos da NBC TA 200, evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião. A medida da quantidade e a da qualidade dessas evidências são denominadas, respectivamente,</p> <p>(A) suficiência e adequação da evidência.</p> <p>(B) adequação e suficiência da evidência.</p> <p>(C) plenitude e qualificação da evidência.</p> <p>(D) plausibilidade e qualificação da evidência.</p> <p>(E) confiabilidade e integridade da evidência.</p> |
| <p style="text-align: center;">Auditoria Governamental</p> <p>21. Uma das formas de controle da execução orçamentária é o exame da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será</p> <p>(A) prévia, exclusivamente.</p> <p>(B) prévia e subsequente, exclusivamente.</p> <p>(C) concomitante, exclusivamente.</p> <p>(D) subsequente, exclusivamente.</p> <p>(E) prévia, concomitante e subsequente.</p> | <p>24. Com base na documentação de auditoria normatizada pela NBC TA 230,</p> <p>(A) o auditor deve documentar todos os assuntos considerados ou todos os julgamentos exercidos na auditoria.</p> <p>(B) é necessário que o auditor documente separadamente a conformidade em assuntos, ainda que já demonstrada por documentos incluídos no arquivo de auditoria.</p> <p>(C) explicações verbais do auditor, por si só, não representam documentação adequada para o trabalho executado pelo auditor ou para conclusões obtidas, mas podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações obtidas na documentação de auditoria.</p> <p>(D) a documentação de auditoria deve sempre ser registrada em papel, condição necessária para comprovar os fundamentos da conclusão do auditor.</p> <p>(E) a precisão da documentação elaborada pelo auditor independe se foi feita de forma tempestiva ou após a realização do trabalho de auditoria.</p> |



25. Nos termos da NBC TA 240, o ato intencional que envolve dolo para obtenção de vantagem ilegal é denominado

- (A) erro.
- (B) fraude.
- (C) fator de risco.
- (D) risco de auditoria.
- (E) evento de risco.

Economia do Setor Público

26. No que se refere à presença de falhas de mercado, é correto afirmar:

- (A) A presença de informação assimétrica entre agentes do mercado justifica a presença de regulação estatal, exigindo-se maior transparência nas transações entre agentes privados.
- (B) O teorema de Coase expressa que a ocorrência de poluição do meio-ambiente e de altas taxas de criminalidade torna necessária a atuação governamental, exclusivamente por meio da imposição de tributos que penalizam os infratores.
- (C) A cobrança de tributos e a implementação da regulação governamental de mercados impedem a economia de atingir o seu ponto máximo de eficiência.
- (D) A crise hídrica vivida pela região sudeste do Brasil representa apenas o limite mínimo dentro de um ciclo de oferta de chuvas e, portanto, não se relaciona com a demanda por água, nem pode ser entendida como uma falha de mercado.
- (E) Os bens públicos constituem uma das formas mais evidentes das falhas de mercado, na medida em que violam as duas condições necessárias para o provimento de bens e serviços no mercado competitivo, a saber: a necessidade individual e a inclusão social.

27. Considerando que a carga tributária é definida como a parcela da renda interna destinada aos cofres do setor público, tem-se que

- (A) a arrecadação do imposto de renda, em faixas progressivas, atende em alguma medida o princípio da neutralidade tributária, por levar a uma redução homogênea das possibilidades de consumo dos indivíduos, sem ocasionar qualquer viés em relação ao consumo de qualquer bem específico.
- (B) a tributação equitativa conjuntamente aos princípios do benefício e da capacidade de pagamento, segundo os quais os indivíduos devem contribuir, respectivamente, de acordo com os benefícios gerados pelo consumo do bem público ou conforme sua capacidade de pagamento.
- (C) o conjunto de tributos coletados pelo governo é composto apenas por impostos diretos e indiretos.
- (D) a curva de Laffer estabelece a existência de uma relação positiva entre o nível das alíquotas impostas e a arrecadação, mostrando que alíquotas maiores ocasionam necessariamente receitas tributárias mais elevadas.
- (E) a incidência de um imposto independe das elasticidades-preço da demanda e da oferta, pois é sempre o consumidor quem paga os impostos repassados pelos produtores.

28. Sobre as funções dos governos, considere:

- I. A função distributiva busca tornar compatíveis entre si a distribuição das remunerações dos fatores resultantes da atividade econômica via mercado e aquela que atende aos princípios de justiça social.
- II. A função competitiva do governo decorre diretamente da presença de bens comuns, os quais são oferecidos simultaneamente pelo Estado e pelo setor privado, como é o caso da educação básica e do sistema de saúde.
- III. A função alocativa decorre da existência de bens públicos.
- IV. A função estabilizadora implica o uso das políticas fiscal e monetária para garantir o bom uso dos recursos apenas em momentos de recessão, quando o desemprego aumenta e a taxa de câmbio se valoriza.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e IV.

29. De acordo com a teoria das finanças públicas,

- (A) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito por meio de senhoriagem, pois sinaliza que o governo perdeu o controle das contas públicas.
- (B) o orçamento público é constituído pelo conjunto de recursos arrecadados na forma de tributos e pelo direcionamento desses recursos ao suprimento das necessidades da sociedade, na forma de gastos públicos. O equilíbrio entre os dois lados do orçamento, caracteriza um superávit fiscal primário.
- (C) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento no gasto financiado inteiramente por meio de maior arrecadação gera efeitos nulos sobre a atividade econômica.
- (D) as necessidades de financiamento do governo são dadas pela diferença entre investimento do governo e poupança do governo.
- (E) a obtenção de um superávit primário é condição suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, mesmo na presença de obrigações na forma de serviço de juros sobre a dívida pública.

30. Sobre o Federalismo Fiscal, é correto afirmar:

- (A) Tal forma de organização fiscal não guarda qualquer relação, dentre outros fatores, com a extensão territorial e a heterogeneidade regional de um país.
- (B) O Federalismo Fiscal diz respeito à gestão federal da arrecadação tributária, já que esse nível de governo concentra toda a coleta no âmbito nacional.
- (C) No caso brasileiro, instituiu-se, desde a Constituição de 1988, um desequilíbrio a partir de uma concentração da arrecadação nos níveis estadual e municipal e um acúmulo de responsabilidades no plano federal.
- (D) Os problemas de política monetária devem ser cuidadosamente considerados, particularmente no Brasil, para evitar perdas fiscais para os governos municipais.
- (E) Há uma persistente tensão entre as definições de política fiscal tomadas no plano federal e as demandas locais que afetam as autoridades estaduais e municipais, como no caso da distribuição dos *royalties* do petróleo a ser extraído do Pré-Sal.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

Controle Externo

31. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, e o sistema interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscaliza o cumprimento das normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal. Um dos aspectos que deve ser enfatizado é o cumprimento das metas estabelecidas

- (A) na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) no Plano Plurianual.
- (C) na Lei Orgânica Anual.
- (D) no relatório de atividades do exercício.
- (E) no anexo de riscos fiscais.

32. Compete ao TCE-CE decidir sobre denúncia encaminhada exclusivamente por

- (A) cidadão maior de 21 anos ou partido político.
- (B) cidadão ou partido político.
- (C) cidadão maior de 21 anos, partido político ou associação.
- (D) cidadão, partido político, associação ou sindicato.
- (E) cidadão maior de 21 anos, partido político, associação ou sindicato.

33. A parte essencial da decisão do Tribunal ou de suas Câmaras com a qual o Conselheiro Relator analisa as questões de fato e de direito é denominada

- (A) relatório.
- (B) fundamentação legal.
- (C) ementa.
- (D) conclusão.
- (E) preliminar.

34. Na organização do TCE-CE,

- (A) a divisão por Câmaras é obrigatória.
- (B) poderá haver Câmara com competência privativa.
- (C) a Câmara, excepcionalmente, poderá decidir sobre matéria de competência privativa do Plenário.
- (D) a Câmara, no caso de um Conselheiro propor revisão da jurisprudência dominante, remeterá o feito ao Plenário.
- (E) as Câmaras funcionarão com o número máximo de dois membros.

35. A eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor do TCE-CE será para mandato de

- (A) um ano, permitida a reeleição por um período para o mesmo cargo.
- (B) um ano, não permitida a reeleição.
- (C) dois anos, permitida a reeleição por um período para o mesmo cargo.
- (D) dois anos, permitida a reeleição por dois períodos para o mesmo cargo.
- (E) dois anos, não permitida a reeleição.

36. A fiscalização sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas será exercida

- (A) pelos Tribunais de Contas, mediante controle externo, com o auxílio do Poder Legislativo.
- (B) pelo Poder Legislativo, exclusivamente.
- (C) pelos Tribunais de Contas, exclusivamente.
- (D) pelo controle interno de cada Poder, exclusivamente.
- (E) pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, com o auxílio dos Tribunais de Contas, e pelo controle interno de cada Poder.

37. As inspeções e auditorias do TCE-CE podem ser realizadas

- (A) de ofício, exclusivamente.
- (B) por iniciativa da Assembleia Legislativa, exclusivamente.
- (C) de ofício ou por iniciativa da Assembleia Legislativa.
- (D) de ofício, por iniciativa da Assembleia Legislativa ou de associação de classe.
- (E) de ofício, por iniciativa da Assembleia Legislativa ou provocada por qualquer cidadão.

38. Houve decisão judicial impedindo o prosseguimento do julgamento de um processo de tomada de contas. Nesse caso,

- (A) ocorre o trancamento das contas.
- (B) as contas são consideradas ilíquidas.
- (C) o prazo para o julgamento é suspenso.
- (D) o prazo para o julgamento é interrompido.
- (E) as contas são julgadas regulares com ressalva.

39. O TCE-CE emitiu julgamento regular com ressalvas num processo de tomada de contas. Essa decisão é

- (A) preliminar.
- (B) inicial.
- (C) terminativa.
- (D) definitiva.
- (E) sumária.

40. Sobre a atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, é correto afirmar:

- (A) É obrigatória a oportunidade de manifestação nos processos de representação, denúncias, prestação e tomadas de contas.
- (B) Deve se manifestar em todos os processos, salvo se não houver irregularidade apontada.
- (C) O Procurador-Geral será substituído, em suas faltas, por um período máximo de 30 dias.
- (D) Ocorrerá somente na forma verbal sua manifestação nas sessões.
- (E) Pode fazer uso da palavra nas Câmaras e no Plenário, independentemente do deferimento do Presidente.

**Direito Constitucional**

41. A Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal pretende tomar a medida judicial cabível para assegurar aos seus associados o exercício do direito de greve, não regulamentado por lei. A pretensão da Federação é juridicamente

- (A) inviável, tendo em vista que a Constituição Federal, em que pese admita o exercício do direito de greve dos servidores públicos, veda, implicitamente, o exercício do direito por servidores do Poder Judiciário.
- (B) inviável, tendo em vista que o direito de greve dos servidores do Poder Judiciário, em que pese previsto na Constituição Federal, apenas poderá ser exercido se regulamentado pelo Poder Legislativo.
- (C) viável, visto que a Constituição assegura o direito de greve dos servidores públicos nos termos e limites definidos em lei, podendo a Federação ajuizar a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, em que a omissão do legislador poderá ser suprida pelo Tribunal pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (D) viável, visto que a Constituição assegura o direito de greve dos servidores públicos nos termos e limites definidos em lei, podendo a Federação ajuizar a arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, em que a omissão do legislador poderá ser suprida pelo Tribunal pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (E) viável, visto que a Constituição assegura o direito de greve dos servidores públicos nos termos e limites definidos em lei, podendo a Federação impetrar mandado de injunção em que o Supremo Tribunal Federal poderá reconhecer a omissão legislativa e assegurar que o direito seja exercido nos termos da lei federal que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos empregados celetistas, naquilo que couber.

42. Em que pese a Constituição Federal vede, de modo geral, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, autoriza que o Estado-membro vincule

- I. receitas próprias geradas pelos impostos de sua competência tributária para prestação de garantia ou contragarantia à União.
- II. receitas próprias geradas pelos impostos de sua competência tributária para pagamento de débitos para com a União.
- III. a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento das despesas que especifica, dentre as quais despesas com pessoal e encargos sociais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.

43. Prefeito municipal noticiou ao Presidente da República, para fins de intervenção federal, que o Estado deixou de transferir ao Município, no prazo legal, 50% do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA licenciados em seu território. À luz da Constituição Federal, a intervenção federal

- (A) poderá ser decretada caso se confirme a abusividade da retenção dos valores pelo Estado, desde que haja representação do Procurador-Geral da República julgada procedente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) poderá ser decretada caso se confirme a abusividade da retenção dos valores pelo Estado, desde que haja representação do Procurador-Geral da República julgada procedente pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) poderá ser decretada caso se confirme a abusividade da retenção dos valores pelo Estado, podendo a medida ser decretada independentemente de decisão do Poder Judiciário, visto não ser hipótese de cabimento de representação por parte do Procurador-Geral da República, nem de requisição do Poder Judiciário.
- (D) não poderá ser decretada, ainda que comprovada a retenção dos valores pelo Estado, uma vez que a transferência de receita reclamada pelo Município não é obrigatória, nos termos da Constituição Federal.
- (E) não poderá ser decretada, uma vez que o Estado não praticou ato que possa ser sancionado com a drástica sanção de perda de sua autonomia, não estando obrigado a transferir ao Município a referida parcela da arrecadação do IPVA.

44. Lei Estadual disciplinou a pensão por morte de servidor público estadual efetivo, determinando que o benefício previdenciário deverá ser pago no valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, caso aposentado à data do óbito, ou no valor da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, caso em atividade na data do óbito. O Tribunal de Contas do Estado, entretanto, passou a considerar inconstitucional a concessão das pensões no valor fixado pela lei estadual. Nesse caso, o Tribunal de Contas agiu

- (A) corretamente, uma vez que lhe cabe examinar a legalidade das concessões de pensão e, ademais, os benefícios foram concedidos em valor incompatível com a Constituição Federal, dispondo o Tribunal de competência para afastar a aplicação da lei estadual aos atos administrativos submetidos à sua apreciação.
- (B) incorretamente, uma vez que não lhe cabe examinar a legalidade das concessões de pensão, ainda que, no caso, os benefícios tenham sido concedidos em valor incompatível com o que dispõe a Constituição Federal.
- (C) incorretamente, uma vez que, ainda que lhe caiba examinar a legalidade das concessões de pensão, os benefícios foram concedidos em valor compatível com o que dispõe a Constituição Federal.
- (D) incorretamente, uma vez que, ainda que lhe caiba examinar a legalidade das concessões de pensão e ainda que o valor do benefício previsto na lei estadual seja incompatível com a Constituição Federal, falta-lhe competência para afastar a aplicação da lei estadual aos atos administrativos submetidos à sua apreciação.
- (E) incorretamente, uma vez que não lhe cabe examinar a legalidade das concessões de pensão e, ademais, falta-lhe competência para afastar a aplicação da lei estadual aos atos administrativos submetidos à sua apreciação.



45. O Estado celebrou convênio com instituição privada de fins lucrativos prestadora de serviços de saúde, pelo qual se obrigou a transferir-lhe recursos financeiros para subvenção, a fim de serem utilizados com o pagamento de despesas de custeio. O Tribunal de Contas do Estado, apreciando a legalidade do convênio, concluiu que a transferência de recursos nele prevista violava a Constituição Federal e impôs a pena de multa ao administrador responsável. A decisão tomada pelo Tribunal de Contas foi
- (A) correta no que se refere à inconstitucionalidade da transferência dos recursos, mas o Tribunal não poderia ter imposto ao administrador a pena de multa.
 - (B) correta no que se refere à inconstitucionalidade da transferência dos recursos, sendo permitido ao Tribunal impor ao administrador a pena de multa, tendo a decisão, nesse último aspecto, eficácia de título executivo.
 - (C) incorreta, uma vez que lhe falta competência para examinar a legalidade dos convênios firmados pela administração pública e, ademais, não cabe ao Tribunal impor ao administrador pena de multa.
 - (D) incorreta, uma vez que, ainda que lhe caiba examinar a legalidade dos convênios firmados pela administração pública, a transferência de recursos prevista no convênio é compatível com a Constituição Federal.
 - (E) incorreta, uma vez que, ainda que caiba ao Tribunal impor ao administrador pena de multa em caso de prática de irregularidade de despesa ou irregularidade de contas, no caso concreto a transferência de recursos prevista no convênio é compatível com a Constituição Federal.

46. O Presidente da República editou Medida Provisória – MP dispoendo sobre requisitos para a aquisição do benefício da pensão por morte no âmbito do regime geral da previdência social. Remetida a MP ao Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou o respectivo projeto de lei de conversão, alterando, no entanto, o texto original da medida provisória. A alteração reduziu o tempo mínimo durante o qual o servidor deve contribuir ao regime da previdência para que o beneficiário adquira o direito à pensão por morte. Seguindo para o Senado, o projeto de lei de conversão foi aprovado com novas alterações. Nesse caso,

- I. a medida provisória não poderia ter sido editada, por versar sobre matéria relativa à previdência social.
- II. o texto da medida provisória não poderia ter sido objeto de alteração pela Câmara dos Deputados, tendo em vista que versa sobre matéria de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República.
- III. o Senado não poderia ter alterado novamente o projeto de lei de conversão, tendo em vista que o texto original já havia sido alterado pela Câmara dos Deputados.
- IV. aprovado o projeto de lei de conversão pelo Senado, a medida provisória manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) IV.
47. A Constituição Federal assegura ao Poder Judiciário autonomia administrativa e financeira, garantindo aos Tribunais, entre outras competências, a elaboração de suas propostas orçamentárias e a organização de suas atividades. No âmbito dessas atribuições,
- (A) cabe aos Tribunais elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites fixados pelo Poder Executivo, competindo-lhes também extinguir cargos, fixar a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como fixar o subsídio de seus membros e dos juízes.
 - (B) cabe aos Tribunais elaborar suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, competindo-lhes também eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispoendo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.
 - (C) caso os Tribunais competentes não encaminhem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido no Plano Plurianual, o Poder Executivo elaborará a proposta orçamentária dos Tribunais omissos nos termos do que entender conveniente, cabendo, também ao Chefe do Poder Executivo, em concorrência com os Tribunais, a iniciativa legislativa para a criação ou extinção dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça.
 - (D) as propostas orçamentárias encaminhadas pelos Tribunais em desacordo com os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser objeto de ajustes pelo Poder Executivo, que deverá restitui-las aos Tribunais competentes para que promovam sua adequação no prazo legal, competindo, ainda, aos Tribunais propor ao Poder Legislativo a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes.
 - (E) os Tribunais não poderão realizar despesas ou assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. Ademais, não poderão propor ao Poder Legislativo a criação de cargos a eles vinculados, mas apenas sua extinção, na medida em que a criação de cargos junto ao Poder Judiciário é matéria de iniciativa legislativa privativa do Poder Legislativo.



48. O Tribunal de Contas do Estado constatou que neste ano foram criados empregos públicos em empresas públicas estaduais e em sociedades de economia mista com participação acionária do Estado, remunerados em valor superior ao subsídio do Governador do Estado, mas inferior ao subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Considerando que essas entidades não recebem recursos públicos para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral, a remuneração dos empregos públicos nas
- (A) empresas públicas e sociedades de economia mista em questão é compatível com a Constituição Federal, na medida em que o teto remuneratório nela previsto aplica-se apenas à Administração pública direta, autárquica e fundacional.
 - (B) empresas públicas e sociedades de economia mista em questão é compatível com a Constituição Federal, na medida em que a eles se aplica como teto remuneratório o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) empresas públicas e sociedades de economia mista em questão é compatível com a Constituição Federal, na medida em que o teto remuneratório nela previsto não lhes é aplicável, uma vez que não recebem recursos públicos para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral.
 - (D) empresas públicas em questão é compatível com a Constituição Federal, na medida em que o teto remuneratório nela previsto aplica-se apenas à Administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como às sociedades de economia mista.
 - (E) sociedades de economia mista em questão é compatível com a Constituição Federal, na medida em que o teto remuneratório nela previsto aplica-se apenas à Administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como às empresas públicas.
-
49. Lei estadual de iniciativa de deputado estadual fixou o subsídio dos Deputados Estaduais no mesmo valor do estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais; fixou o subsídio do Governador no mesmo valor do estabelecido, em espécie, para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e ainda majorou a remuneração de Secretários de Estado ao vinculá-la à remuneração de Deputados Estaduais, de modo que sempre que houvesse aumento da remuneração dos Deputados Estaduais, automaticamente seria majorado o subsídio dos Secretários de Estado. A lei estadual referida é inconstitucional no que se refere à fixação do subsídio
- (A) dos Deputados Estaduais, do Governador e dos Secretários de Estado.
 - (B) dos Deputados Estaduais, somente.
 - (C) dos Deputados Estaduais e dos Secretários de Estado, somente.
 - (D) do Governador, somente.
 - (E) do Governador e dos Secretários de Estado, somente.
-
50. O Estado informou ao Tribunal de Contas ter aplicado no ano anterior 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Para aferição do cumprimento à Constituição, o Estado considerou a parcela da arrecadação de impostos que lhe é transferida pela União por determinação constitucional, mas desconsiderou a parcela da arrecadação de impostos por ele transferida, por força da Constituição Federal, aos Municípios. Considerou, de outro lado, como investimento na área, os recursos destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, para aqueles que demonstraram insuficiência de recursos, quando constatada a falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando. O investimento anual realizado pelo Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino
- (A) superou o mínimo exigido na Constituição Federal, equivalente a 18% da receita estadual resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.
 - (B) atendeu à Constituição Federal.
 - (C) não atendeu à Constituição Federal, uma vez que não poderiam ter sido consideradas as transferências de recursos da União para o cálculo do valor da porcentagem da receita aplicada na área.
 - (D) não atendeu à Constituição Federal, uma vez que somente os Municípios podem computar, para aferição do cumprimento do mínimo constitucional aplicado na área da educação, os recursos destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental.
 - (E) não atendeu à Constituição Federal, uma vez que deveria ter sido considerada como receita a parcela da arrecadação de impostos por ele transferida, em razão da Constituição Federal, aos Municípios.

**Direito Administrativo**

51. A sociedade de economia mista X e a empresa pública Y querem contratar bens e serviços para a realização de seus misteres. Nesse caso, a sociedade de economia mista X
- (A) e a empresa pública Y, se exercerem atividade econômica, estão, em regra, obrigadas a licitar, mas podem contratar diretamente nas hipóteses em que a licitação torne inviável uma atuação competitiva ao lado de empresas privadas.
 - (B) e a empresa pública Y não são obrigadas a realizar licitação para a celebração de contratos.
 - (C) não tem obrigação de realizar licitação para a celebração de contratos, mas a empresa pública Y é obrigada a realizar licitação para suas contratações.
 - (D) e a empresa pública Y, independentemente da atividade que exerçam, se submetem integralmente às disposições da Lei nº 8.666/93.
 - (E) e a empresa pública Y somente serão obrigadas a licitar se receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
-
52. Asdrúbal havia recebido permissão de uso de bem público para a instalação de banca de jornal em praça aprazível do Bairro das Flores. Após 20 anos no mesmo local, o Município entendeu que a banca de Asdrúbal atrapalhava o trânsito, tendo em vista o crescimento do comércio no bairro. Para retirar a banca de Asdrúbal, o Município deve
- (A) revogar a permissão de uso de bem público, concedendo a Asdrúbal direito à indenização.
 - (B) anular a permissão de uso de bem público, não tendo Asdrúbal direito à indenização.
 - (C) revogar a permissão de uso de bem público, não tendo Asdrúbal direito à indenização.
 - (D) anular a permissão de uso de bem público, concedendo a Asdrúbal direito à indenização.
 - (E) proceder à cassação da permissão de uso de bem público, realizando uma apuração de haveres para certificar-se de que Asdrúbal terá direito à indenização.
-
53. O Município X decide desapropriar imóvel pertencente a Hortelino para instalação de uma creche municipal. Para tanto, ingressa com ação de desapropriação em face do proprietário. Já no curso da ação, o Município alega urgência na transferência da posse do objeto da expropriação. Neste caso, o juiz deve
- (A) conceder a imissão provisória na posse, independentemente do momento em que requerida, bastando que seja alegada e motivada a urgência na transferência da posse do bem.
 - (B) negar a imissão provisória na posse, uma vez que esta pode somente ser concedida se requerida no início da lide, conjuntamente com a petição inicial.
 - (C) conceder a imissão provisória na posse apenas se o Poder Público tiver depositado em juízo a importância fixada segundo os critérios legais, bem como requerido a imissão dentro do prazo improrrogável de 120 dias.
 - (D) conceder a imissão provisória na posse, independentemente do momento em que requerida, bastando que seja depositada em juízo a importância fixada segundo os critérios legais.
 - (E) negar a imissão provisória na posse, pois esta somente pode ser utilizada em casos excepcionais, que envolvam questões de segurança nacional.
-
54. Emengardo sofre acidente de veículo e é levado ao hospital público local. No hospital, após aguardar 5 horas por atendimento médico sem recebê-lo, Emengardo vem a falecer. Neste caso, pela morte de Emengardo, o Estado
- (A) tem responsabilidade solidária.
 - (B) tem responsabilidade integral.
 - (C) não tem responsabilidade.
 - (D) tem responsabilidade subsidiária.
 - (E) tem responsabilidade subjetiva.
-
55. Medésio associa-se com Dionísio, servidor público federal, para intermediar a liberação de pensões e aposentadorias para pessoas que não preenchem os requisitos legais, recebendo, para tanto, vantagens econômicas com o esquema fraudulento. Identificado o esquema, Dionísio
- (A) e Medésio não responderão por improbidade administrativa, cabendo a responsabilização ser efetuada nos termos da legislação penal.
 - (B) responderá por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, e Medésio responderá nos termos da legislação penal.
 - (C) responderá por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, e Medésio responderá nos termos da legislação civil.
 - (D) e Medésio responderão por improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.
 - (E) e Medésio poderão ser absolvidos de eventual responsabilização por ato de improbidade administrativa se devolverem todas as vantagens recebidas pelo esquema fraudulento.



56. Laerte decidiu construir, sem a devida licença ou alvará de construção, um pequeno armazém em seu terreno. Os moradores do bairro passaram a comprar no novo estabelecimento. A Administração pública municipal precisa ingressar em juízo para que o proprietário seja notificado a demolir o que construiu?
- (A) Sim, porque o direito de propriedade deve ser respeitado, uma vez que a construção cumpre sua função social.
 - (B) Não, porque os atos administrativos são dotados de legitimidade, imperatividade e exigibilidade.
 - (C) Não, porque os atos da Administração pública são dotados de revogabilidade, executoriedade e legitimidade.
 - (D) Sim, porque nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Judiciário.
 - (E) Sim, porque ninguém é obrigado a desfazer aquilo que realizou em prol de um interesse social.
-
57. O governador do Estado Y entendeu pela necessidade de instituição de uma pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, que realizasse a prestação de serviços, nos moldes da iniciativa privada, de interesse da coletividade local, cuja autorização para sua criação se realizasse por lei específica. Tais características são próprias das
- (A) empresas públicas.
 - (B) sociedades de economia mista.
 - (C) autarquias.
 - (D) organizações sociais.
 - (E) fundações públicas.
-
58. O Município X pretende construir um grande ginásio poliesportivo para sediar as olimpíadas. Entretanto, não possui recursos para custear a totalidade da obra e nem *know-how* para gerir adequadamente o ginásio. A forma de contratação que deverá ser utilizada para concretizar o projeto municipal é
- (A) a Parceria Público-Privada – PPP.
 - (B) o Regime Diferenciado de Contratação – RDC.
 - (C) a Permissão de serviço público.
 - (D) a Concessão administrativa prevista na Lei nº 11.079/2004.
 - (E) a Contratação integrada.
-
59. Carmelo e Leôncio são servidores públicos, sendo o primeiro chefe do segundo. Leôncio e Carmelo participaram de um torneio interno de futebol e Leôncio foi eleito o melhor jogador do campeonato. Carmelo, inconformado com o resultado do prêmio futebolístico, removeu Leôncio para localidade distante, a fim de que este não mais pudesse participar do campeonato. Neste caso, Carmelo
- (A) deveria ter contado com a anuência da autoridade superior para efetuar a remoção.
 - (B) agiu dentro das suas atribuições legais.
 - (C) poderia ter realizado esta remoção, uma vez que possui poder hierárquico para tal.
 - (D) somente poderia ter realizado a remoção, com este fundamento, após a instauração de processo administrativo.
 - (E) incorreu em desvio de poder.
-
60. A empresa Construção de sonhos, após sagrar-se vencedora em certame licitatório, celebrou contrato com o Município Z, para reforma de casas populares. Durante a execução contratual, a Administração pública municipal resolve alterar unilateralmente o contrato firmado. O contratado pode se recusar a aceitar a alteração unilateral quando se tratar de
- (A) quaisquer modificações técnicas para melhor adequação do projeto.
 - (B) restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato.
 - (C) supressão até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (D) majoração acima de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (E) quaisquer modificações no regime de execução da obra.

**Direito Processual Civil**

61. As ações fundadas em direito real sobre bens
- (A) móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu, tratando-se de competência relativa.
 - (B) móveis serão propostas, em regra, no foro da situação da coisa, tratando-se de competência absoluta.
 - (C) imóveis serão propostas sempre no foro da situação da coisa, tratando-se de competência relativa.
 - (D) móveis serão propostas sempre no foro do domicílio do réu, tratando-se de competência absoluta.
 - (E) imóveis serão propostas sempre no foro do domicílio do réu, tratando-se de competência absoluta.
-
62. João foi condenado, por decisão transitada em julgado, a pagar a Renato R\$ 10.000,00. De acordo com o Código de Processo Civil, se não efetuar o pagamento integral no prazo de
- (A) 10 dias, o montante da condenação será acrescido de multa de 15% da condenação, e, de ofício, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, do qual será citado João, em regra pessoalmente, podendo oferecer impugnação no prazo de 3 dias.
 - (B) 10 dias, o montante da condenação será acrescido de multa de 15% sobre o valor da condenação, e, de ofício, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, do qual será intimado João, em regra pessoalmente, podendo oferecer impugnação no prazo de 10 dias.
 - (C) 15 dias, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% sobre o valor da condenação, e, de ofício, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, do qual será intimado João, em regra na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação no prazo de 10 dias.
 - (D) 15 dias, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% sobre o valor não pago, e, a requerimento de Renato, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, do qual será citado João, em regra na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação no prazo de 3 dias.
 - (E) 15 dias, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% sobre o valor não pago, e, a requerimento de Renato, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, do qual será intimado João, em regra na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação no prazo de 15 dias.
-
63. Depois de já escoado o prazo de prescrição, André ajuizou ação de cobrança contra Marcus. O Juiz pronunciará a prescrição
- (A) desde que o tenha requerido a parte contrária, em contestação, proferindo sentença sem resolução de mérito, a qual faz coisa julgada formal.
 - (B) de ofício, indeferindo a petição inicial e proferindo sentença sem resolução de mérito, a qual faz coisa julgada material.
 - (C) de ofício, indeferindo a petição inicial e proferindo sentença com resolução de mérito, a qual faz coisa julgada material.
 - (D) de ofício, indeferindo a petição inicial e proferindo sentença sem resolução de mérito, a qual faz coisa julgada formal.
 - (E) desde que o tenha requerido a parte contrária, em contestação, proferindo sentença com resolução de mérito, a qual faz coisa julgada material.
-
64. Marcel ajuizou ação contra a União Federal, pelo procedimento ordinário, na Justiça Comum Estadual do Estado do Ceará. De acordo com o Código de Processo Civil, a União deverá alegar incompetência
- (A) absoluta, em preliminar de contestação.
 - (B) relativa, no âmbito de exceção de incompetência, que será processada em apenso aos autos principais.
 - (C) relativa, em preliminar de contestação.
 - (D) absoluta, no âmbito de exceção de incompetência, que será processada em apenso aos autos principais.
 - (E) absoluta, no âmbito de exceção de incompetência, que será processada nos próprios autos.
-
65. Caio opôs embargos à execução de título executivo extrajudicial, os quais foram rejeitados liminarmente. Inconformado, Caio deverá interpor
- (A) apelação, a qual será recebida apenas no efeito devolutivo.
 - (B) agravo de instrumento, cujo efeito suspensivo, se concedido, impedirá o prosseguimento da execução.
 - (C) apelação, a qual será recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
 - (D) embargos infringentes, endereçado ao próprio juiz prolator da decisão.
 - (E) agravo de instrumento, cujo efeito suspensivo, se concedido, não impedirá o prosseguimento da execução.
-
66. No processo de execução por quantia certa contra devedor solvente,
- (A) a avaliação do bem penhorado será realizada, em regra, por perito de confiança do juízo.
 - (B) a alienação por hasta pública tem preferência sobre os demais métodos expropriatórios.
 - (C) a penhora recairá, em primeiro lugar, obrigatoriamente sobre dinheiro.
 - (D) não se admite a substituição da penhora.
 - (E) pode o exequente requerer a adjudicação do bem penhorado, desde que ofereça preço não inferior ao da avaliação.

**Direito Previdenciário**

67. O princípio constitucional estipulando que a Seguridade Social deve contemplar todas as contingências sociais que geram necessidade de proteção e acolher todas as pessoas indistintamente é o da
- (A) dignidade da pessoa humana.
 - (B) universalidade de cobertura e do atendimento.
 - (C) uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - (D) diversidade da base de financiamento.
 - (E) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
68. A Constituição da República Federativa do Brasil consagra alguns regimes previdenciários. Sobre eles, é correto afirmar:
- (A) É permitida a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores civis titulares de cargos efetivos em cada ente estatal.
 - (B) O Regime Próprio da Previdência Social é facultativo aos servidores públicos civis titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não se aplicando as autarquias e fundações, que seguem o Regime Geral.
 - (C) Os proventos de aposentadoria por ocasião da sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
 - (D) Aplica-se o Regime Próprio de Previdência Social ao servidor civil ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário.
 - (E) O Regime de Previdência Privada será organizado de forma vinculada aos regimes próprio e geral de previdência social, terá natureza complementar, solidária e será regulado por lei ordinária.
69. Não se constitui em exceção prevista na Constituição Federal do Brasil, para vedação da adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo Regime Próprio da Previdência Social, o caso de servidores
- (A) portadores de deficiência.
 - (B) que exerçam atividades de risco.
 - (C) cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde.
 - (D) cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a integridade física.
 - (E) que exerçam funções de magistério em nível superior.
70. No Regime Próprio de Previdência Social, preenchidos os demais requisitos constitucionais, a aposentadoria voluntária com proventos integrais, como regra, observará as seguintes condições:
- (A) 65 anos de idade e 30 anos de contribuição para os homens.
 - (B) 55 anos de idade e 25 anos de contribuição para as mulheres.
 - (C) 60 anos de idade e 30 anos de contribuição tanto para homens quanto para mulheres.
 - (D) 55 anos de idade e 30 anos de contribuição para as mulheres.
 - (E) 65 anos de idade para os homens e 60 anos de idade para as mulheres, com 10 anos de contribuição no mínimo.
71. Herodes, servidor público federal, que exerce o cargo de Analista há 20 anos, pelo Regime Próprio de Previdência Social, será aposentado compulsoriamente aos
- (A) setenta de anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (B) setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - (C) sessenta e cinco anos de idade, com proventos integrais.
 - (D) sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição ou setenta anos de idade com proventos integrais.
 - (E) setenta anos de idade, com proventos integrais.
72. Nos termos do Regime Próprio de Previdência Social, a pensão por morte será concedida aos dependentes do servidor público e será igual a
- (A) 70% do valor dos proventos do servidor falecido, acrescido de 70% do teto máximo dos benefícios do regime geral da previdência social.
 - (B) 100% do valor da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - (C) 80% do valor dos proventos do servidor falecido, acrescido de 50% do teto máximo dos benefícios do regime geral da previdência social.
 - (D) 100% do valor dos proventos do servidor falecido, não estando vinculado ao teto máximo dos benefícios do regime geral da previdência social.
 - (E) 100% do valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo dos benefícios do regime geral da previdência social, acrescido de 50% da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.
73. Nos termos previstos na legislação, em relação à contagem recíproca de tempo de serviço ou contribuição para aposentadoria, é correto afirmar:
- (A) É possível para trabalhadores que prestarem serviços à Administração pública e à atividade privada em área urbana, desde que tenha sido firmado prévio convênio entre os dois sistemas, que preveja compensação financeira.
 - (B) É constitucionalmente vedada a contagem recíproca, por se tratar de regimes distintos com fontes diversas de custeio.
 - (C) É permitida a contagem de tempo de contribuição do serviço público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.
 - (D) É permitida para aquele segurado que tenha exercido suas atividades, tanto na iniciativa privada como no serviço público, sendo admitida, neste caso, a contagem em dobro ou em outras condições especiais, desde que estipuladas em lei.
 - (E) É assegurada a contagem recíproca de tempo de contribuição na Administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social compensar-se-ão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

**Direito Financeiro**

74. A Constituição Federal estabeleceu algumas regras relacionadas com as atividades do Banco Central do Brasil. De acordo com o texto constitucional,

- I. a competência da União para emitir moeda será exercida concorrentemente pelo Banco Central do Brasil e pelo Tesouro Nacional.
- II. é vedado ao Banco Central do Brasil conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.
- III. é autorizado ao Banco Central do Brasil conceder, indiretamente, empréstimos a órgão ou entidade que não seja instituição financeira, nos termos de lei complementar.
- IV. o Tesouro Nacional poderá comprar e vender títulos de emissão do Banco Central do Brasil, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

75. De acordo com a Constituição Federal, a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para

- (A) contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (B) contratação de operações de crédito, exceto por antecipação de receita, nos termos de ato normativo do Poder Executivo.
- (C) nomeação, por meio da mesma lei, de funcionários públicos regularmente aprovados em concurso público, para preenchimento de cargo de provimento efetivo.
- (D) abertura de créditos especiais, definidos na Lei Federal nº 4.320/1964, como sendo os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (E) abertura de créditos suplementares, assim definidos na Lei Federal nº 4.320/1964, como sendo os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

76. Para efeito da Lei Complementar nº 101/2000, transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Além das exigências estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, são exigências da Lei Complementar nº 101/2000, para a realização de transferência voluntária:

- I. a comprovação, por parte do beneficiário, de cumprimento, no mínimo, de 75% dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
- II. que os recursos transferidos sejam utilizados em finalidade diversa da pactuada, em percentual não superior a 15%.
- III. a existência de dotação específica.
- IV. a comprovação, por parte do beneficiário, de observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.

77. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica:

- I. os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.
- II. as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, e que não se tenham processado na época própria.
- III. os Restos a Pagar com prescrição interrompida.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

78. Com fundamento na Lei Federal nº 4.320/1964, classificam-se como Receitas

- I. Tributárias (Receitas Correntes), as provenientes da arrecadação de multas.
- II. Tributárias (Receitas Correntes), as provenientes da arrecadação de contribuições de melhoria.
- III. Patrimoniais (Receitas Correntes), decorrentes de participações e dividendos.
- IV. Patrimoniais (Receitas Correntes), aquelas oriundas de valores mobiliários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) II e IV.

79. A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida com Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, no seu Capítulo II, referente ao planejamento, regras atinentes a:

- I. elaboração do Plano Plurianual – PPL.
- II. elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.
- III. elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.
- IV. execução orçamentária e ao cumprimento das metas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

80. Com base na Lei Federal nº 4.320/1964, classificam-se como

- I. Transferências Correntes (Despesas Correntes), as despesas com contribuições de Previdência Social.
- II. Investimentos (Despesas de Capital), as despesas com material permanente.
- III. Transferências de Capital (Despesas de Capital), as despesas com aquisição de imóveis.
- IV. Despesas de Custeio (Despesas Correntes), as despesas com serviços de terceiros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II****Instruções:**

Em conformidade com o Capítulo VIII do Edital do Concurso:

- *Será atribuída nota zero à Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II que: a) for assinada fora do local apropriado; b) apresentar, no Caderno de Resposta Definitiva, no espaço destinado à redação definitiva, qualquer tipo de sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato (por exemplo: assinatura, traços, desenhos, rabiscos etc); c) for escrita a lápis, em parte ou na totalidade; d) estiver em branco; e) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; fugir ao tema proposto.*
- *Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.*
- *Será considerado habilitado na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos II o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem)."*

Professora universitária da rede pública estadual de ensino obteve a concessão de aposentadoria pelo regime de previdência oficial após completar cinquenta anos de idade, vinte e cinco anos de contribuição na qualidade de professora universitária, dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria. Após doze anos da concessão inicial da aposentadoria, a legalidade do ato foi submetida à apreciação do Tribunal de Contas para fins de registro. Considerando essa situação, responda justificadamente:

- a. A aposentadoria foi concedida regularmente?
- b. Tendo em vista o tempo transcorrido, o Tribunal de Contas poderá examinar a legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria?
- c. O Tribunal de Contas deverá facultar à professora o exercício do direito ao contraditório e ampla defesa?

(Utilize as linhas a seguir para rascunho)

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

| | |
|----|--|
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |

RAS CUNHO



PROVA DISCURSIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS II

| | |
|----|--|
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |
| 61 | |
| 62 | |
| 63 | |
| 64 | |
| 65 | |
| 66 | |
| 67 | |
| 68 | |
| 69 | |
| 70 | |
| 71 | |
| 72 | |
| 73 | |
| 74 | |
| 75 | |
| 76 | |
| 77 | |
| 78 | |
| 79 | |
| 80 | |
| 81 | |
| 82 | |
| 83 | |
| 84 | |
| 85 | |
| 86 | |
| 87 | |
| 88 | |
| 89 | |
| 90 | |